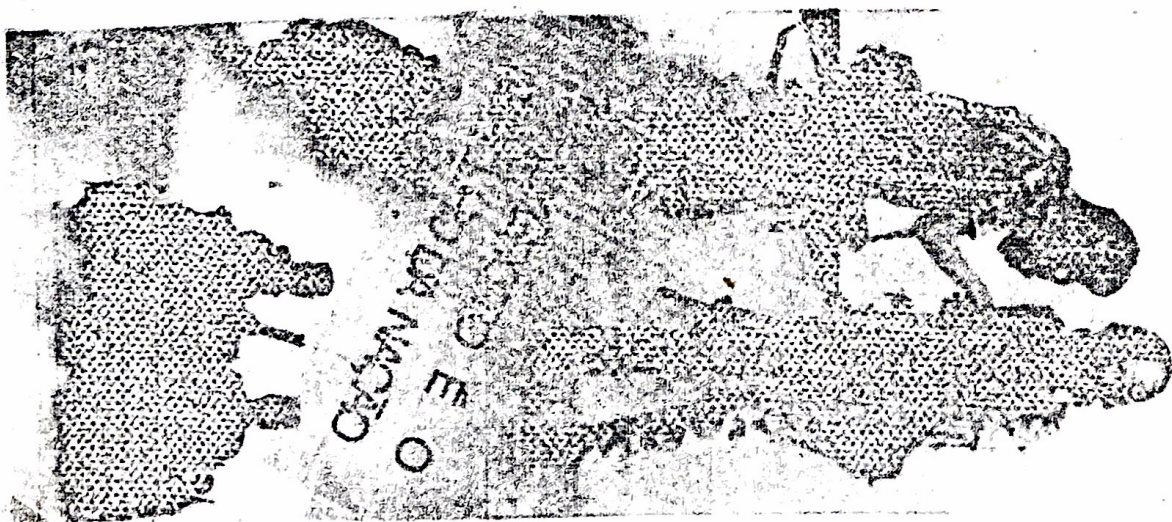
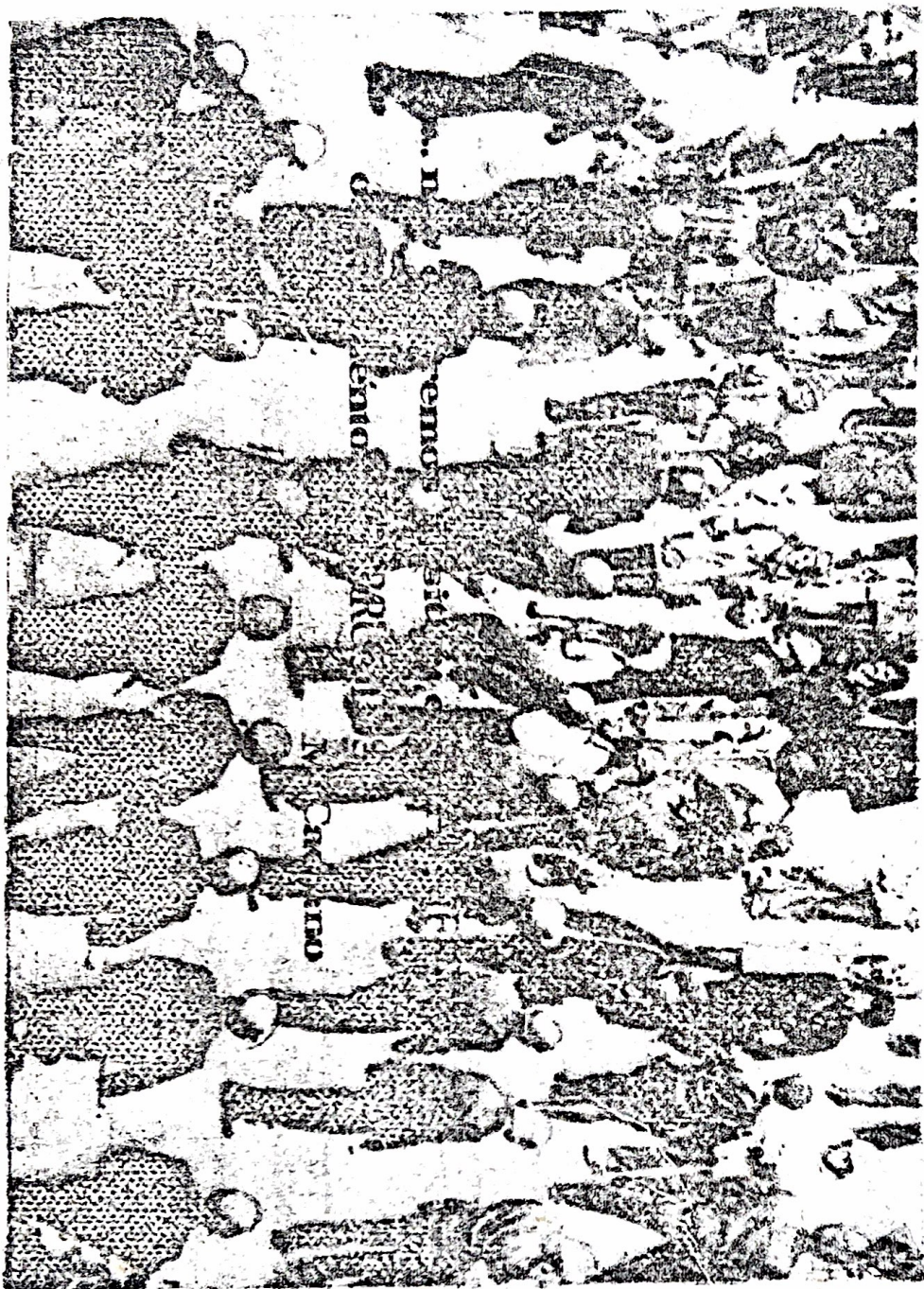
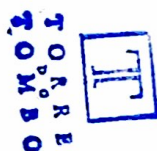


Refici

Jan 7

22



EDITORIAL

T O J O R E
T O M B O



7 colegas nossos foram incorporados compulsivamente no Exército colonial.

Porquê?

Para que serve o Exército?

Porque é que dezenas de milhares de jovens portugueses abandonaram já o falo recusando-se a "ir para a guerra"?

Para qué a guerra colonial?

Para compreendermos as razões da incorporação dos nossos 7 colegas, necessitamos saber a resposta a estas perguntas.

Este elo serve para abrir a discussão e não para a fazer muito bemfiteína. O elo, é o boléu cultural das comissões de curso, nele se editando textos ditos culturais: textos que não estão

necessariamente ligados aos nossos problemas pedagógicos da Faculdade, mas que devem ser tratados sindicalmente porque são sentidos por todos os estudantes (a própria legislação militar está intimamente ligada à legislação académica - o curso depende muitas vezes de "ser chamado para a tropa" ou não, e todos os estudantes - rapazes) serão mais tarde ou mais cedo chamados para lá) e é porque por um lado é impossível tratar deles, se bem que não em todos os aspectos, no âmbito das associações de estudantes e por outro lado o próprio objectivo geral, a luta pela Universidade popular, implica a tomada de posição, por parte dos estudantes, face a todos os problemas do Povo Português e, no caso concreto, também dos povos das colónias.

O elo tem já tradições na luta associativa em Ciências, sendo o jornal informativo e cultu-

ral enquanto o bando de mercenários da comissão administrativa usurpou durante 3 anos a Associação de Estudantes.

Os textos que aqui são publicados podem não ser completos, podem mesmo ter alguns erros, mas independentemente de concordarmos na integra com eles ou não, eles são publicados pelos dados que trazem, pela interpretação que fazem dos acontecimentos, interpretação essa que deve ser discutida para que possamos tomar uma posição critica face a eles.

O primeiro elo sobre a questão das incorporações é este; outros o seguirão. Discutamos o que aqui vem publicado. Só assim compreenderemos totalmente o significado e o objectivo das incorporações dos nossos colegas no Exército Colonial.

TMPROP - imprensa e propaganda

DO "Comércio de Escravos" À "Guerra da CUF"

T O M B O

As autênticas revoltas contra a ordem estabelecida começam pela necessidade. As dificuldades do combate de guerrilhas não podem ser aceites, justificados, senão quando são sentidos como fazendo parte duma legítima defesa necessária.

(...)

Os exemplos estão na história da nossa época. Sem falar das grandes precedentes da Rússia e da China. Foi assim na Jugoslávia durante os anos de 1941 e 1942, quando os massacres executados ou inspirados pelos nazis facilitavam a ida dos camponeses para a Resistência. Igualmente, no Vietnã durante o reinado de Diem em 1954/59, quando os camponeses recuperaram as suas terras novamente distribuídas. Foi também o caso de Cuba depois dos erros de Batista, e no Quênia na crise dos anos 1950. E foi assim na Guiné.

A Guiné é um país pequeno, engloba menos de um milhão de Africanos e talvez três ou quatro mil Portugueses. Muitas coisas separaram os seus vizinhos e lhes dão interesses próprios. Mas, no que respeita a estas considerações, a Guiné pode apresentar u-

ma vantagem que a ultrapasssa: a quele dum microcosmo no verdadeiro sentido do termo, um exemplo de situação africana no final dos anos de 1960. Um lugar que merece ser observado não só por aquilo que é, mas pelos ensinamentos que dá.

A história da Guiné sob o domínio dos portugueses explica a revolta armada que se desencadeou em 1963. Mas a história dos portugueses é aqui muito mais antiga que a história do colonialismo; e isto é igualmente muito importante. Há muito tempo, muito antes do fim do século XV, um certo tipo de servidão tinha já sido modelado. O seu território estava situado nas latitudes em que o comércio de escravos atravessou o Atlântico e estava a iniciar.

"Os habitantes que viviam à volta do Rio Grande", assim chamado pelos portugueses porque forma a charfradura mais profunda ao sul do rio Gambia, "são os Gogolis e os Beafadas", relata Duarte Pacheco Pereira em 1506, "e são subditos do rei Mandinka" rei do Mali. "São muito negros, muitos andam nus enquanto que outros trazem roupas de algodão. Aqui podem-se comprar escravos a razão

de seis ou sete por um cavalo, mesmo por um mau cavalo; podem-se também comprar ouro, mas em pequena quantidade..." (1)

Os séculos sem tumultos que se seguiram trouxeram poucas movimentações. Europeus de diversas nacionalidades estabeleceram pequenas feitorias em que compravam e vendiam o que podiam, enquanto que as populações costeiras do Rio Grande encontravam o pouco proveito que podiam tirar, resistindo melhor à servidão. Foi sem pre um pequeno comércio, nunca chegando à escala atingida noutras feitorias da costa guineense.

Foi assim até ao despertar das ambições imperialistas europeias na segunda metade do século XIX. Nessa altura acelerou-se a marcha dos acontecimentos. Este território indefinido, a que os portugueses chamaram Os Rios de Cabo Verde tornou-se a "adversidade" de Portugal, em grande parte graças ao apoio dado pelos

(1) ver texto sobre "alguns números do tráfico de negros"

britânicos contra a penetração francesa, sendo baptizada Guiné portuguesa ou Guiné. As suas fronteiras, tal como são hoje, foram simplesmente traçadas sobre uma carta por uma convenção luso-francesa em 1886. A partir desse dia Portugal tinha mais uma colónia.

Contudo, durante muito tempo não a tiveram senão de nome; as suas fronteiras "contiam" um tal sobre o qual os portugueses não sabiam quase nada, sabiam apenas que a sua população lhes era hostil e em que tinham apenas postos junto à costa. Tornou-se necessário, em linguagem colonial, "realizar a ocupação efectiva" e "pacificar o país", o que se afigurava difícil. Houve resistência africana. As guerras seguiram-se; vale a pena enumerar as principais. Em 1878 - 80 Portugal enviou uma expedição contra os Felups e os Mandjacos pelo rio Grande acima. Os resultados não foram decisivos mas foram suficientes para permitir a fixação portuguesa. 1880 a 1882 foram as campanhas contra os Fulas e os Beafadas. De 1883 a 1885, Portugal atacou os Balantas pela primeira vez.

Seguiram-se outras campanhas, contra os Papéis (1885-90) contra os Fulas de Gabu (1893), os Oincas (1897), os Bijagós (1902) os Mandjacos de Churo (1904-06), os Mandincas de Gêba (1907-08) de novo contra os Oincas (1910-13), depois contra os Mandincas de Chu-

ro (1914) e ainda contra os Papéis (1915). Em 1915, os portugueses viviam na pequena capital de Bissau, segundo uma expressão brasileira "atrás das muralhas da sua cidade", e ninguém podia ir ao interior sem motivo justificado. Bissau era realmente um campo entriacado. As suas muralhas formavam um triângulo sobre o mar e os seus habitantes viviam no interior delas, fora das quais receavam a vingança dos "aterrorizantes papéis" e até mesmo aqueles que iam comerciar, deviam pagar uma certa soma em dinheiro para receber autorização do chefe dos Papéis.

As campanhas de "pacificação" continuaram de ano em ano até 1936. Mesmo nessa altura, havia ainda enclaves em que Portugal não tinha senão um controlo fraco e intermitente. Não foi senão depois de 50 anos de campanhas que Portugal teve o direito de pretender, mas num sentido diferente, ter estabelecido "ocupação efectiva" já anunciada no "Congresso de Berlim" (1884-85) em que se disputou a África.

Esta longa resistência influenciou o comportamento dos camponeses da Guiné os quais rejeitam mais de 9/10 da população. Para eles, os europeus foram sempre um perigo, frequentemente no civo quer provenha do comércio de escravos no passado ou da invasão militar numa época recente. No entanto, não havia dúvida que a ocupação portuguesa era real

quando foi, enfim, declarada. Poderia ser aceite pacificamente, como a ocupação colonial o foi muitas vezes noutros lugares, não fosse o carácter próprio do domínio português.

A pretensão portuguesa dum certo liberalismo no quadro das suas empresas em África não foi sempre vazia de sentido. Os quatro anos do governo de Salazar ofereceram ao mundo a face dum autoritarismo implacável e cego. No entanto, as particularidades da política de Portugal antes de Salazar, tanto no próprio país como em África (e naturalmente muito antes no Brasil) exprimiram-se em termos bem mais evidentes. Uma extrema discriminação económica face ao seu próprio camponato, dos seus escravos no Brasil, e dos "seus africanos" em África, foi sempre praticada, com sequência talvez inevitável da existência de oligarquias sociais restritas que governaram Portugal mesmo já na República. Toda via esta descriminação foi temperada, em certas épocas, por uma tolerância humana que tinha tal vez as suas raízes na experiência particular de Portugal, que teve ele próprio de vencer os invasores vindos do Norte de África. A tradição dos conquistadores é sombria e sangrenta, e não foi nos iluminada cá ou lá por um respeito dos povos conquistados, aí compreendidos certos povos de África.

O respeito manifestou-se,

no tempo da República portuguesa sob formas que parecem ter sido esquecidas nos nossos dias. Jornais, tanto nas colónias como em Lisboa explodiam contra a neo-escrevatura do "trabalho sob contrato". Colonos em África, assim como cidadãos de Portugal, arriscavam a sua vida denunciando a corrupção oficial e a brutalidade. Houve iniciativas, raras mas úteis, tendo em vista a promoção da educação dos africanos. Se o movimento pode ocupar uma das suas sessões do seu IV Congresso em Lisboa em 1923, foi porque a República permitiu uma inteligente troca de ideias sobre um futuro em que os homens de cor seriam tratados como os brancos. Se houve "Associações culturais" em Angola e Moçambique, que podiam discutir legalmente queixas e aspirações africanas, foi porque a política republicana tinha ao menos feito prova de tolerância para com as ideias de administração colonial".



Pouco de tudo isso sobreviveu à instauração do poder militar em 1926, assim como à conversão de Portugal e do seu império aos cruéis rigores dum governo fascista, o Estado Novo de Salazar. E mesmo assim, embora o não fosse senão no domínio restrito da criação duma elite, é necessário lembrar que o dossier Português é melhor que o da Bélgica, para a maior parte do regime colonial. Em 1960 os belgas aceitaram rapidamente retirar o seu controle político directo sobre

o Congo, numa época em que os estudantes diplomados nas Universidades congolenses não ultrapassavam o número de 17.

Em Angola, nessa altura, esse número devia andar perto da centena, se bem que a sua população representasse somente 1/4 da do Congo.

Tais dados merecem ser lembrados. Mas não modificam o facto de que a política colonial portuguesa, sob Salazar, não foi nunca aberta a nenhum progresso político ou económico em África, e ainda menos em relação à autodeterminação. Se uma minúscula minoria de Africanos foi mesmo a esta capaz de adquirir um nível superior de educação, fê-lo na única condição de abandonar a condição de Africano e tornar-se assimilado, de se adaptar à mentalidade de pensar e à civilização portuguesa. Desviados do seu melo de origem, os assimilados, deviam e devem ainda esquecer a sua língua materna, as suas tradições, o seu povo, a tal ponto, a bem dizer, que mesmo o punhado deles que tomaram a via revolucionária, homens como Cabral, Neto e Mondlane, tiveram que passar por um processo sistemático de "reafricanização" antes de aliar o progresso.

Depois de 1932, logo que Salazar conseguiu impôr o seu poder pessoal na cena portuguesa, toda a ideia de reformismo colonial estava fora de questão. As "associações culturais" foram di-

escolvidas ou transformadas em espectáculos de marionettes administrativas. As vozes dos dissidentes foram reduzidas ao silêncio da prisão ou do exílio. A porta da "assimilação", que sempre esteve muito estreita, fechou-se completamente. É difícil encontrar estatísticas exactas, mas é racional dizer que por volta dos anos 1950, a proporção dos assimilados nas colónias portuguesas de África - homens e mulheres que podiam esperar viver em qualquer parte como iguais aos europeus - ultrapassava ligeiramente 0,5% da população africana total. No entanto, apenas a existência destes permitiu aos portugueses afirmar que aplicavam uma política "não-racista"; no resto, a par e par com os assimilados, havia e há ainda no seio da Sociedade Portuguesa outras medidas de discriminação social e económica.

Quanto ao conjunto da população africana, era objecto de exploração colonial: fosse como "trabalhadores livres" empregados por uma quantia mínima, apenas suficiente para os manter aptos para o trabalho, fosse como escravos virtuais mascarados de "trabalhadores sob contrato" em Angola, ou serviçais em Moçambique. Não foi sem razão que um inspector geral das colónias, num parecer de 1947, o qual foi culturalmente abafado, mas pode ser publicado graças à oposição secreta portuguesa: "em qualquer tipo, a situação (em Angola) é pior que a simples escravatura. Na

escravidão, apesar de tudo, o autóctone comprase como um animal mas o seu proprietário desejava tê-lo em bom estado tal como o faz a um cavalo ou a um boi. Mas aqui, o autóctone não se comprava - o Estado Angola (assalaria-o) se bem que seja chamado homem livre. No seu patrão não se importa nada que ele adoça ou morra, o seu patrão pode então simplesmente um outro. "altas taxas de mortalidade nos trabalhadores Vanuats, acrescentava Galvão nunca impediram o fornecimento de homens."

Na Guiné a situação era mais lúcr. Havia poucos colonos e por isso no sentido próprio, poucos trabalhos forçados, excepto para as necessidades próprias da estação em que os administradores do distrito existiam que as estradas fossem desimpedidas e os jardins fossem cavados.

Sem o que a situação geral era muito análoga à de Angola e de Moçambique. Do ponto de vista económico, a colónia era dirigida como um acessório de Portugal - ou ainda da companhia de comércio monopolista, a CUF.

Esta formação Portugal de importações coloniais por troca de exportações portuguesas, e em que os termos da troca eram fixados de modo a manter a balança de pagamentos em proveito de Portugal (2).

Claro está que esta estrutura

na não permitia o menos progresso no modo de vida dos africanos, e nunca demonstrou a menor preocupação em abalar os lucros das empresas coloniais a fim de levar o nível de vida do povo africano. O que é pior é que uma fracção considerável da população rural - como em Moçambique e Angola - era obrigada a cultivar "sem demora" para uma exportação a preço fixo: nos anos que precederam a guerra, cerca de 50 mil famílias africanas da Guiné produziam amendoins nessas condições. Como por todo o lado em África, esse cultivo a "pronto pagamento" para exportação fazia uma séria brecha na economia doméstica, agravando a fome e a subalimentação dos camponeses.

Não surpreende que a situação sanitária se tornasse desastrosa nos anos de 1950. Teixeira da Mota relata, em 1954, como da cobriu que a grande maioria da população, mesmo em Bissau, a capital, sofria de amibostomias (2) e a mortalidade situava-se à volta de 600/1000 nascimentos. A doença do sono mantinha-se endémica em quase 2/5 das aldeias, enquanto que a malária proliferava praticamente em toda a parte com maior ou menor gravidade, sem falar noutras infecções como a diarreia e diferentes tipos de doenças.

E todo o lado, nos últimos 20 anos do período colonial foram marcados por numerosos esfor-

ços para atacar estes flagelos tropicais. Mas não na Guiné: a Colónia era muito simplesmente "incapaz de o fazer".

Se bem que Portugal tenha feito sair regularmente tanto ou mais dinheiro do que ele difundia no País, o total dos serviços sanitários administrativos em 1954 - sempre segundo Teixeira

(2) em 1968, os interesses relativamente consideráveis da CUF na exploração colonial da Guiné tinham, desde há muito incitado os cépticos de Lisboa a chamarem a essa guerra "a guerra da Companhia". Tomando o monopólio virtual sobre o comércio exportador de Portugal com a Guiné, fosse independentemente, fosse por intermédio das suas empresas associadas a Companhia União Fabril (CUF) tem vários milhares de empregados, a sua própria frota, as suas indústrias secundárias, etc. Pela família Mello, essa sociedade está estreitamente ligada a outros interesses privados exercendo um monopólio em Portugal, tal como a indústria do aço que, como os outros grossos interesses portugueses, está ele mesmo ligado aos grupos capitalistas estrangeiros em Inglaterra, França, Alemanha Ocidental.

ra da Neta - compunha-se de 18 médicos e 2 farmacêuticos, 4 enfermeiras, 26 enfermeiros, 66 auxiliares de enfermeiros, 1 parteira e 37 ajudantes de parteira. Mas o Hospital de Bissau, usado principalmente por europeus em - pregava 7 desses médicos, todas as enfermeiras e 16 das ajudantes de parteira.

Em 1962, por exemplo,

O. N. E.
T. O. M. B. O.

CUF assinou um importante contrato com a sociedade francesa de estudos e de financiamentos industriais, obtendo uma massa de investimentos consideráveis dessa sociedade de fracoza. Em 1962, a CUF obteve grossos créditos da França e da Alemanha Ocidental, e associou-se pela produção textil com a U.S. Lulon Corporation... Foi assim para todas as grandes empresas: se a repressão na Guiné é a "Guerra da Companhia", não o é menos igualmente, a Guerra de numerosas companhias não portuguesas.

(3) infecção crónica provocada por nematodes, conhecidos geralmente pelo nome de vermes parasitas. A actividade parasitária dos vermes, junta da à subalimentação, conduz à anémia. As crianças afectadas podem ser retardadas física e mentalmente.

Isso significa que a totalidade da população rural tinha, no máximo, 11 médicos dos quais 3 estavam normalmente de férias em Portugal. O resultado prático da designação portuguesa, nos serviços sanitários, era assim o de fornecer um médico para 100 000 africanos, enquanto que o número de enfermeiras e parteiras era do mesmo modo irrisório. A maior parte das 300 camas de hospital da colónia encontravam-se em Bissau e fora de Bissau havia um único hospital.

A estrutura do ensino não era melhor: um por cento, no máximo, da população, podia pretender uma instrução elementar; e apenas 0,3 por cento tinham o estatuto de "assimilado" e podiam aspirar a qualquer coisa melhor. Havia uma escola secundária governamental mas cerca de 60 por cento dos alunos eram europeus e a missão não tinha escola secundária. O ensino superior, de qualquer tipo, é inexistente. Em 1960 um total de 11 africanos da Guiné tinham obtido o grau de "diplomado de Portugal" no título de "portugueses assimilados".

Estas condições poderiam ser aceitáveis se tivesse existido qualquer perspectiva de progresso. Mas este não tinha existido. O regime de Salazar encanhou, bem entendido, algumas reformas de estrutura em 1961, sob pressão internacional, mas estas continuaram letra morta. O esta-

do de "assimilado, por exemplo, foi formalmente abolido, mas na prática as possibilidades de ter acesso a uma educação continuaram na mesma. As leis sobre trabalho forçado foram melhoradas mas a situação real dos trabalhadores não teve qualquer modificação favorável.

Como em Portugal, todas as iniciativas que poderiam conduzir a uma forma de democratização foram reprimidas, pelo menos desde 1930. Nenhuma manifestação política era permitida, nem reuniões, nem debates; ainda menos o eram os partidos políticos quaisquer que fossem. Nenhum direito sindical foi concedido. Nenhuma reorganização das estruturas era mesmo encurada. O que existia nesse regime devia permanecer parado, agora e para sempre.

Todos os caminhos para a Reforma eram barrados e interditos, não restava senão uma alternativa, ou o immobilismo, ou o abandono prolongado a uma vida de miseráveis escravos ou a revolta necessariamente armada.

Uma vez que um pequeno grupo de homens e mulheres chegaram a essa conclusão, na altura em que a violência portuguesa acabava o seu ciclo em 1956, pode-se dizer com Xanon.

A violência que presidiu ao arranjo do mundo colonial, que ritmou incansavelmente a destruição

das formas sociais indígenas devolu-seu restrições os sistemas de referência da economia, os modos de aparência de traje, seriedade, a aparência e assumida pelo colonizado no momento em que, de cindo ser a história em actos, a essa colonizada se lançam ascl das interditas.

Em Setembro de 1950, quando uma reunião secreta em Bissau, um pequeno número de africanos decidiram agir na história por meio deles próprios. Formaram o Partido Africano da Independência da Guiné e de Cabo Verde (4).

Em exactamente 6, compreendendo Amílcar Cabral, que era

o espírito do grupo; mas sabiam que onde iam. Lançaram apelos políticos a favor duma modificação política e social, e responderam-lhes com o silêncio e com uma repressão cruel. Sete anos mais tarde, em Janeiro de 1963, passaram à revolta armada.

Sete anos mais tarde... para quê tanto tempo? que tinham feito? Uma parte decisiva desta guerra de guerrilha pela libertação da Guiné esconde-se nestes 7 anos.

Logo que, finalmente saíram do silêncio em 1963, estes rebeldes eram muito mais numerosos do que em 1956. Mas estiveram também difíceis no fundo deles

mesmos, e esta modificação qualitativa tinha muito mais importância para a sua causa que efectivos de vários milhares. Tinham deixado de ser rebeldes. Tinham-se tornado revolucionários.

O seu primeiro apelo tinha sido para uma modificação progressiva, para reformas, pela legalidade de direitos. Agora falava doutra maneira: "ser senhores do nosso destino, dizem eles agora, não constitui apenas em ter ministros africanos. Se a luta é feita só para matar os portugueses, não merece a pena lutar. Não lutamos para matar os portugueses, mas também para que possam explorar mais o nosso povo, os nossos brancos, os nossos negros".

(4) Africano porque não pretende a independência apenas para os assimilados ou para os colonos, mas sim para todo o povo.



ALGUNS NÚMEROS do

TRÁFICO DE NEGROS

... "a quinta razão (que levou o Infante a dirigir os "descobrimientos") foi o grande desejo que tinha de acrescentar em a Santa Fé de Nosso Senhor Jesus Cristo e trazer a ela todas as almas que se quisessem salvar."

... "Pela sua situação geográfica, a África do Oeste era e evidentemente o local mais propício para o tráfico de escravos. Até 1600 foi a Guiné quem forneceu a maior parte deles. Mais tarde, as regiões conhecidas sob o nome de Congo e Angola, substituíram a Guiné como "viveiro" de Negros. Avalia-se que, no princípio do séc XVII, o número de escravos, exportados anualmente, ultrapassava os 15000."

"Portugal e Angola tiveram sabêmo-lo, papel preponderante na escravatura, sendo impossível não crer este comércio sem recordarmos a existência de um verdadeiro triângulo: Portugal - Brazil - Angola."

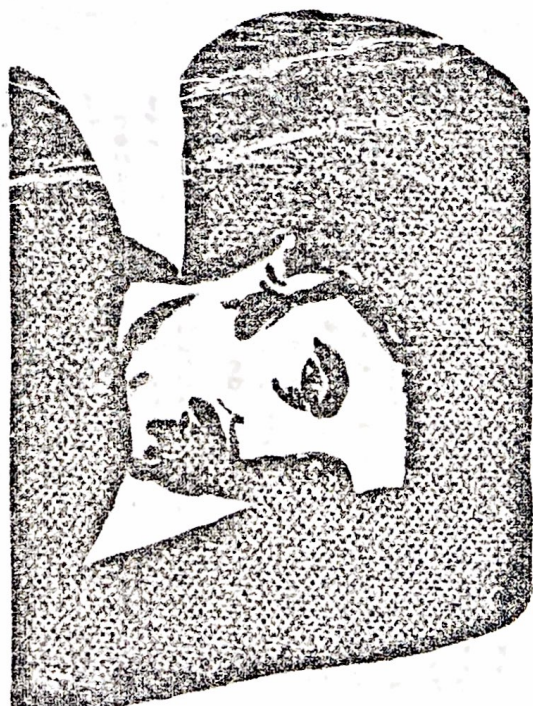
... "Dois portugueses, Duarte Lopes e Abreu e Brito, afirmaram que Angola, era, em 1591, um país extremamente povoado, tornando-se, por assim dizer, um

(extraído do livro de história do quarto ano)



dos mais importantes mercados de escravos. Obtinham-se Negros por meio de troca, quer como prisioneiros de guerra, quer como tributo. Em geral, o mercado era alimentado por agentes chamados "pombeiros", na sua maioria mestiços. Os "pombeiros" trabalhavam por conta de outrem. Durante um ou dois anos, internavam-se no interior de Angola trocavam os escravos por tecidos, vinhos e objectos de quinilhanha voltando com uma centena de Negros, homens e mulheres, acorrentados. Este tráfico tinha o nome de "guerra preta" porque se arrancavam sempre por meios violentos os Negros às aldeias."

... "Uma centena de Europeus, ajudados por soldados mulattos e alguns milhares de Negros, carregadores ou guerreiros, dirigiam a "guerra preta", própria mente dita. Penetravam no inte-



... "O Infante recebia sempre um quinto dos escravos aprisionados"

rrior do país em busca de escravos. Os Negros capturados eram levados, após algumas centenas de quilómetros de marcha, para o porto de embarque de Luanda onde, em estado bastante miserável, esperavam, dentro de barracões, os barcos que deviam conduzi-los à América. Devemos dizer que, uma vez instalados nesses barracões, os Negros eram bem tratados e alimentados pelos compradores e traficantes os quais tinham todo o interesse em apresentar homens e mulheres saudáveis, resplandescentes de saúde, se possível fosse, pois o seu preço pagava-se à vista e conforme o estado físico. Antes de embarcarem, padres brancos baptizavam os grupos de escravos; cada um recebia então um papel com o seu futuro nome

criação escrito: João, Miguel, Pedro, etc. O interprete dizia-lhes "Meus amigos, vocês agora são filhos de Deus e vão partir para terras portuguesas e espanholas onde viverão segundo a vossa nova fé. Não pensem mais nos vossos lares, não tornem a comer cães, nem ratos, e partam de boa vontade".

Segundo descrições de testemunhas, não nos é difícil imaginar as condições em que estes desgraçados eram obrigados a viver a bordo. Amontoados, em caméas, nos porões dos barcos à vela, tinham de viver na porcária e na falta de ar durante os dois meses da travessia. As caravelas de 200 toneladas, o máximo, continham por vezes, cerca de 600 escravos. Vinte e cinco a trinta por cento morria pelo caminho, tendo contudo os portugueses a reputação de tratar bem a sua carga humana, alimentá-la convenientemente, autorizando mesmo o passageiro pelo convés, uma vez por outra. Se agissem de outra maneira, o seu comércio não seria lucrativo. Os holandeses confessavam que a mortalidade nos navios portugueses era inferior à dos seus próprios barcos, que apenas transportavam trezentos escravos de cada vez. Os Jesuítas e os missionários que acompanhavam esta carca acrescentam que os casos de suicídio eram frequentes e que, tal tinham um momento de liberdade, os escravos atiravam-se pela borda fora ou bebiam água salgada. Elisabeth Donnan, na sua "His-

tória ilustrada do tráfico dos escravos", fala-nos do plano "Brookes" para transportar Negros, para o muito conhecido no século XVIII. A bordo dos barcos de "Brookes", e de acordo com cálculos feitos, cada escravo dispunha para viver de um espaço com dois metros de largura por 50 cm de altura.

(extraído de "Angola chave de África" de Muguir Valahu cuja edição foi subsidiada pelo Ministério do Ultramar. - Apologista do Fascismo e defensor da permanência de Portugal nas colónias)

UMA SÉRIE DE DOCUMENTOS

As estimativas sobre o número de escravos recrutados em África do século XVI ao século XIX, com um máximo no século XVII e sobretudo no século XVIII, principalmente na segunda metade, variam entre 8 e 20 milhões. As necessidades eram particularmente elevadas, por que eram tão mal tratados que não se conseguiam manter pela simples reprodução; a taxa de mortalidade desta gente, por excesso de trabalho e subalimentação era aterrorizante. Depois de terem introduzido 2,2 milhões de negros em menos de 50 anos em S. Domingos, que receberam o máximo de escravos africanos, não existiam nesta ilha mais do que 600 mil, assinala em 1764 o Governador Fénelon: a maior parte foi recrutada

da no Bênin (século XVII e Principios do século XVIII) depois no Congo e em Angola (segunda metade do século XVIII).

Não esqueçamos todas as outras vítimas do tráfico, mortos no decorrer dos massacres de escravos, nas guerras, que eles provocaram, ou mortos durante as longas caminhadas para a costa, nos locais onde esperavam os navios e sobretudo durante a travessia. A hemorragia humana assim infligida em África, segundo os autores é estimada entre 40 e 100 milhões de homens.

(extraído de "L'Afrique noire et son rôle de René Dumont")

... "Os arquivos parlaten-tares britânicos fornecem uma cifra de 20 milhões (vinte milhões) de escravos, arrancados pelos negreiros brancos à África e transportados nas duas Américas. A este número, deve acrescentar-se o antigo tráfico praticado pelos árabes, no em colaboração com certas tribos negras do Sudão ou da Costa Oriental, por conta do Médio Oriente e da Ásia. Ducasse que em 1800, se devotou à luta contra a escravidão, julgava que esta fantástica hemorragia orga-nizada de africanos atingira 150 milhões de homens (cento e cinquenta!) nos dois sentidos: Oriente - Novo Mundo, o que nos parece absurdo. "

(extraído de "Angola chave de África" de Muguir Valahu)

... "Números redondos são enganosamente fáceis de digerir. Talvez alguns exemplos fiquem mais instrutivamente atravessados na garganta do leitor. Assim, um historiador português calculou recentemente que, só da costa angolana, entre 1486 e 1641, foram levados cerca de 1.389.000 escravos: isto é, cerca de 9000 por ano. Um relatório apresentado a Filipe I computava o número de escravos transportados de Angola para o Brasil, entre 1575 e 1591 em 32.053, ou sejam cerca de 2

mil por ano. Cardonega põe o número total de escravos importados para o Brasil entre 1580 e 1680 - principalmente de Angola e de Moçambique - em cerca de um milhão, ou cerca de 10.000 por ano durante um século; estes números, mais tarde, tornar-se-iam ainda maiores; e Angola e Moçambique eram apenas duas das muitas zonas de "recrutamento".

Os registos de Liverpool, um século mais tarde, mostram que durante onze anos (1783-93), se fizeram cerca de 900 viagens "negreiras" do Porto de Liverpool, transportando um total de mais de 300 000 escravos, no valor de cerca de £ 15 000 000: o lucro líquido das operações calcula-se em mais de £ 12 000 000, ou seja mais de £ 1 000 000 por ano, Barthelemy, no meio do séc XIX ainda se podia queixar, não só do tráfico terrestre de escravos, de Kongo e de outros lugares, mas também do tráfico transatlântico praticado por navios americanos, operando na Baía do Benim".

(extraído de "Revelando a Velha África" de Basil Davidson)

T O R R E
T O M B O

Nota

Guiné
população : 800 000 hab.
2500 residentes de origem europeia
35 000 soldados

Angola
população : 5,1 milhões de hab.
400.000 (de origem europeia - entre os quais 70 000 soldados)

Moçambique
população : 7,1 milhões de hab.
(10 por cento de origem europeia e
45 000 soldados).

A Legislação MILITAR e A LUTA dos Estudantes

O aproveitamento por parte do Governo da Guerra Colonial como castigo dos estudantes já não é de agora:

Nomamencial de medidas repressivas para manter o seu domínio sobre as forças progressistas o Governo utiliza ultimamente a ameaça de incorporações no exército colonial não só dos estudantes mais activos mas também e cada vez mais das largas massas de estudantes para nos manter intimidados e passivos.

Em 1959, enquanto os estudantes de Coimbra desenvolviam uma luta intensa pela satisfação das suas reivindicações, luta essa que culminaria com a decisão tomada democraticamente de "abstenção a exames", o Conselho de Ministros estava acima de tudo, preocupado com o problema da lei militar.

Tendo na mente a constante preocupação da "evolução na contínuidade" o Governo "actualizava" mais uma vez uma lei em mais uma das suas "prodigiosas" demonstrações de "flexibilidade" e de adap-

tação às circunstâncias... "contribuindo definitivamente para o progresso do povo". A adaptação à luta dos estudantes de Coimbra traduziu-se pois, em fazer depender o "adiamento da tropa" do "comportamento escolar".

Éis o texto das sinistras disposições, apressadamente tomadas pelo Governo:

Artigo único - Passa a ter a redacção seguinte o número 1 do artigo 24.º da lei n.º 2135, de 11 de Julho de 1958:

Artigo 24.º - 1. Os estudantes matriculados nos estabelecimentos de ensino nacionais e estrangeiros podem ser anualmente adiados das provas de classificação quando demonstrarem:

a) Ter bom comportamento escolar, que se presume até informação contrária, prestada pelas autoridades académicas competentes ou pelo Ministério da Educação Nacional, a qual faz cessar o benefício em qualquer época do ano;

b) Possibilidade de terminar os cursos no ensino superior;

até ao ano em que completar a idade que se obtem adicionando a 20 o número de anos do respectivo curso;

c) Possibilidade de terminar os cursos no ensino técnico profissional ou do magistério primário até ao ano em que completam 21 anos de idade.

Os que terminem os cursos antes dos limites fixados nas alíneas anteriores poderão ser autorizados a efectuar os estágios obrigatórios, desde que os concluem dentro daqueles limites.

O Governo (sentindo-se com força), tratou imediatamente de aplicar a lei propositadamente a cabada de Farir, numa tentativa de amedrontamento para desmobilizar os estudantes na sua justa luta. Meia centena de estudantes foram considerados "mal comportados" pelo que foram incorporados compulsivamente no exército colonial.

Os estudantes de Coimbra protestaram contra o castigo aplicado aos seus colegas tendo o

Governo acabado por não os incorporar.

Também em Moçambique, o Governo utilizou o castigo de "defender a pátria" para os estudantes que se tinham mostrado mais activos na luta que se lá desenvolveu. Aproveitando a desmobilização causada pelas férias o Governo desferiu duros golpes no Movimento Associativo dos estudantes: incorpora 4 dirigentes da A.A.M. e envia-os para um campo de concentração. Os estudantes não esmoreceram e continuaram firmes na luta, ao que o Governo, sentindo escapar-lhe o "controlo" da situação, numa atitude sempre cedentes no M.A. decidiu fixar a residência em vários pontos de Moçambique aos restantes membros da direcção (gerai não incorporados (por ainda não terem idade). Assim como a mais 4 colaboradores num total de 7 estudantes, ao mesmo tempo que a PIDE convoca para interrogatórios dezenas de estudantes das Comissões de Curso, no decorrer dos quais são ameaçados de viram a sofrer idênticas medidas, ao mesmo tempo que são levados mais 7 processos disciplinares. Também 2 ex-dirigentes associativos são alvo de medidas semelhantes: Luís Gonzales é incorporado compulsivamente apesar de se encontrar na situação de absentismo por sofrer de epilepsia e Rui Gonzales já anteriormente incorporado é enviado subitamente para Namúla.

As condições em que se encontram os 7 estudantes com residência fixa em locais de guerra como Monte Fuzes, Mocuba, Novo Freixo, Porto Amélia, Mocimboa da Praia, Vila Gouveia, Tete, sem emprêgos, obrigados a tomar refeições na policia e sob permanente vigilância de "comandos" assim como as condições em que se encontram os 4 dirigentes incorporados, de tal forma violentas que já provocaram que o Fernando Melrelas baixasse ao hospital, são bem significativas de que o Governo pretende não permitir (muito menos nas colónias que é onde mais falta faz gente "sã") qualquer desenvolvimento de organizações democráticas que, como a AAM desenvolvam qualquer tipo de trabalho que vá romper com a asfixia cultural e politica a que se encontra submetido o povo moçambicano.

Agora o Governo no prosseguimento da sua politica repressiva, para completar o castigo do C.E. de Ciências envia compulsivamente para o exército colonial 7 da meia centena de estudantes que tinham sido apontados a dedo pelo C.E.

Mas não é apenas aos estudantes mais combativos que o Governo castiga com a "honra de ir para a Guerra Colonial".

O Governo sabe muito bem quanto a Juventude portuguesa reagiria a Guerra Colonial. Por isso ele já nem se importa de reco-

nhecer isso na prática quando lança uma nova lei que obriga a incorporação de todos os estudantes que (com mais de 20 anos) dentro de dois anos seguidos. Esta lei entra em vigor em 1974.

Quer dizer, para além de ter de ser "bem comportado" - aceitar tudo passivamente; lambe as botas aos profs; boicotar as decisões democráticas dos estudantes... e se for um militante fascista da frente universitária também não se perde nada que haja alguns que lutem pela Universidade "nova" na sociedade "nova"... o estudante não pode perder o tempo com outras actividades que não seja o estudo pois se perder 2 anos consecutivos...

Sempre e cada vez mais o espectro da Guerra Colonial! Quais interesses dos estudantes? Qual Universidade ao serviço do Povo? O Governo não quer que se pense em nada disso. E para que ninguém ouse fazê-lo, o Governo faz pairar sobre as cabeças o espectro da repugnante guerra de agressão aos povos das colónias.



T O M B O